

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nos anos 2000: posicionamentos políticos, formas de luta e base social</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>Luciana Henrique da Silva</b>	Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	Professora substituta
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, criado no final dos anos 1980, é fruto dos impactos promovidos pela Revolução Verde no campo brasileiro, mas desde sua origem incorporou segmentos de trabalhadores desempregados que buscavam no movimento uma alternativa visto que por meio do acesso garantiria moradia e trabalho. Nos anos 1990, devido a ofensiva neoliberal a base social do movimento ampliou-se consideravelmente e foram conquistadas as primeiras políticas voltadas aos beneficiários de reforma agrária. Desde então a base social do Movimento é composta por acampados e assentados, que apesar de comporem o mesmo movimento possuem demandas específicas e são tratados de forma diferenciada pelo poder público. Nos anos 2000, tanto a base acampada quanto a base assentada, foram beneficiadas pelas políticas econômicas e sociais. Contudo, a demanda principal dos acampados, qual seja o acesso a terra, foi negligenciada em detrimento da política de assentamentos rurais, promovendo várias discussões e cisões internas. O MST na última década, após anos de oposição política aos governos que se sucederam desde sua fundação em 1984, manteve uma forte vinculação com os governos nos anos 2000. Deste modo, nos perguntamos: Em que medida tal vinculação poderia interferir nos posicionamentos, práticas e formas do Movimento? Qual a influência das políticas econômicas e sociais sobre as suas bases sociais? Qual a composição social das bases sociais do Movimento nos anos 2000?</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
MST, neoliberalismo			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>The Landless Workers' Movement, created in the late 1980s, is the result of the impacts promoted by the Green Revolution in the Brazilian countryside, but since its origin incorporated segments of unemployed workers seeking an alternative on the move as through access guarantee housing and work. In the 1990s, due to neoliberal offensive movement of the social base has grown considerably and were conquered the first policies related to land reform beneficiaries. Since then the social base of the Movement consists of tents and settlers, who despite compose the same movement have specific demands and are treated differently by the government. In the 2000s, both the base camped as a seated base, benefited by economic and social policies. However, the main demand of camping, which is access to land, was neglected to the detriment of the rural settlements policy, promoting several discussions and internal divisions. The MST in the last decade, after years of political opposition to the governments that followed since its founding in 1984, has maintained a strong connection with the governments in the 2000s Thus, we ask: To what extent such linkage could interfere with the positioning, practices and Movement forms? The influence of economic and social policies on their social bases? What is the social composition of the social bases of the movement in the 2000s?</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Landless Workers' Movement, Neoliberalism			
EIXO TEMÁTICO			
Poder, Estado e luta de classes			

## **MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NOS ANOS 2000: posicionamentos políticos, formas de luta e base social<sup>1</sup>**

### O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nos anos 2000

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), assim como o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), surgiu no período de redemocratização do país e se constituiu em torno do Programa Democrático Popular. Dentro deste programa a Reforma Agrária constituía um elemento relevante como proposta de democratização do acesso à terra.

Durante os anos 1990, tanto o PT quanto a CUT foram profundamente atingidos pela ofensiva neoliberal, o que provocou mudanças em suas formas de ação, programas e posicionamentos político-ideológicos. As reformas neoliberais enfatizavam a redução dos gastos sociais, a flexibilização dos contratos e da legislação trabalhista, o processo de desindustrialização e a reestruturação produtiva. Este processo aumentou as taxas de desemprego e a precarização das relações de trabalho. Despontaram neste contexto, inúmeros movimentos sociais de luta e resistência pela/na terra/território. Alguns destes movimentos buscavam a solução para o desemprego nas cidades retornando ao campo, outros resistiam pela preservação das reservas naturais dos seus países (água, petróleo, etc) e manutenção do seu modo de vida. Embora, não tenha sido possível barrar o avanço do neoliberalismo, impuseram constrangimentos para a realização deste projeto mobilizando milhares de pessoas contra às reformas.

Para Katz (2008) tais movimentos foram determinantes para levantar questionamentos sobre o modelo adotado, tais os impactos sociais que dele advinham. Deste modo, estes conflitos teriam contribuído para a eleição de candidatos que se apresentavam como contrários ao neoliberalismo e o surgimento de formas alternativas de governo e regimes políticos: os governos de centro esquerda (Lula no Brasil, Kichner na Argentina), conservadores (Penã Neto no México) e nacionalistas radicais (Chavez na Venezuela).

---

<sup>1</sup> O nosso artigo projeto visa discutir os resultados do Projeto “O neoliberalismo e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: avanços e recuos da luta pela Reforma Agrária no Brasil nos anos 2000”, vinculado ao Projeto Temático Neoliberalismo e classes sociais no Brasil, desenvolvido junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas /Universidade Estadual de Campinas, que contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Na última década, o MST, após anos de oposição política aos governos que se sucederam desde sua fundação em 1984, manteve estreita ligação com o Governo Lula. Por esta razão a presente pesquisa procura responder as seguintes questões: Em que medida tal vinculação poderia interferir nos posicionamentos, práticas e formas do Movimento? Qual a influência das políticas econômicas e sociais, em especial do Programa Bolsa Família e dos programas voltados à agricultura familiar, sobre as suas bases sociais? Qual a composição social das bases sociais do Movimento nos anos 2000?

Para responder a tais questões foram aplicados 158 questionários sendo 88 com assentados e 70 com acampados nos Estados de São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul, bem como entrevistas semi-estruturadas com dirigentes responsáveis por diferentes setores do MST - pelo setor denominado Frente de Massa, mais próximos dos acampamentos, e pelo Setor de Produção, mais próximo dos assentamentos. Analisamos também os posicionamentos políticos do Movimento expresso em cartilhas e notícias de jornal, principalmente, no editorial do Jornal Sem Terra, assinado pela Direção Nacional. Também analisamos dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em relação ao número de assentamentos e acampamentos e políticas públicas voltadas para a agricultura familiar nos anos 2000. Após a aplicação dos questionários, os dados foram inseridos num banco de dados, montado no SPSS para análise. Os testes estatísticos, realizados pelo *crosstable*, não demonstraram relevância o que significa uma grande aproximação entre as características de acampados e assentados, para todas as categorias analisadas, excetuando o sexo e o nível de escolaridade, sendo que a amostra referente à base acampada é predominantemente masculina, enquanto que os assentados são mais escolarizados que os acampados.

Historicamente, a composição social interna do MST é formada pelas bases acampada e assentada. A partir dos anos 1990 aumentou consideravelmente a quantidade de famílias assentadas, o que resultou numa ampliação das demandas do Movimento que ultrapassou a luta pelo acesso a terra. Essas bases foram afetadas de modo distinto pelas políticas sociais do governo, que privilegiou os interesses dos assentados em detrimento dos interesses dos acampados. As famílias assentadas, que obtiveram terra, foram beneficiadas pela ampliação das políticas voltadas a agricultura familiar no governo Lula. Já as famílias acampadas, apesar de obterem acesso às políticas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família, permaneceram na luta pela terra. Os militantes e dirigentes do MST também estão organizados de acordo com as demandas dessas bases sociais, sendo assim o posicionamento destes dirigentes em relação ao governo também é distinto, portanto a percepção dos dirigentes e militantes que estão vinculados a cooperativas de produção nos assentamentos tendem a ter uma visão mais positiva do governo,

enquanto os que atuam na organização dos acampamentos tendem a ressaltar os aspectos negativos como a diminuição da conquista de áreas para novos assentamentos.

De acordo com o Caderno Conflitos do Campo da Comissão Pastoral da Terra o número de ocupações caiu paulatinamente nos anos 2000, para o MST tal fato é resultante das frustrações das expectativas de realização da reforma agrária e das políticas de distribuição de renda. O ano de 2003 e 2004 foram os anos que apresentaram o maior número de famílias acampadas da década. Entretanto, precisamente nestes anos, a recomendação adotada foi o acampamento ao longo das rodovias. As ocupações constituíam a forma prioritária de pressão para abrir canais de negociação com o governo, o que parecia não ser necessário num governo que se mostrava aberto ao diálogo com os movimentos populares. As primeiras dificuldades em atender as demandas históricas foram atribuídas à política de coalizão partidária que garantiram a vitória nas eleições presidenciais<sup>2</sup>, o governo estaria em disputa (de um lado estariam as forças progressistas e, de outro, as forças conservadoras que buscavam a manutenção do status quo).

O projeto de desenvolvimento proposto pelo governo Lula adotou medidas nitidamente neoliberais (manutenção das metas de inflação, responsabilidade fiscal e câmbio flutuante), mas mesclou-as com uma maior intervenção do Estado na busca do crescimento econômico (estímulo fiscal e monetário para acelerar o crescimento; aumento de políticas de transferências de renda e elevação do salário mínimo; aumento do investimento público e do planejamento de longo prazo).

No que se refere às demandas do MST, o governo Lula se concentrou na “consolidação” dos assentamentos em detrimento da criação de novos assentamentos, mesmo após a aprovação do II Plano Nacional de Reforma Agrária, em 2004<sup>3</sup>. Houve aumento de recursos<sup>4</sup> destinados ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) e aos créditos de instalação (como apoio inicial, fomento e aquisição de materiais de construção) e pela criação de novos programas de apoio a agricultura familiar<sup>5</sup>, que contemplaram a base assentada<sup>6</sup>. As cooperativas e associações ligadas

---

<sup>2</sup> O PT escolheu para vice José de Alencar (do PL) e contou com adesões como as dos ex-presidentes José Sarney (PMDB-AP) e Itamar Franco (sem partido na ocasião), do ex-governador Orestes Quécia (PMDB), dos empresários Eugênio Staub (Gradiente) e Josmar Avelino (ex-presidente da Klabin) e a declaração do ex-ministro do regime militar Delfim Netto (PPB-SP) de que o PT faria um governo social-democrata "de verdade". Ver em: Folha Online. *Oposição e guinada ao centro fazem Lula e PT vencerem a primeira eleição presidencial*. Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/governolula/presidente-o\\_eleito.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/governolula/presidente-o_eleito.shtml)

<sup>3</sup> O II Plano Nacional de Reforma Agrária apresentado em 2004 foi considerado muito aquém do necessário, em especial para os que auxiliaram na elaboração da proposta, enfatizando outras formas de obtenção de terras para a reforma agrária, incluindo a regularização fundiária como parte desta política. Além de que surgiram diversas contestações a declaração de cumprimento de metas pelo governo.

<sup>4</sup> O investimento na agricultura familiar também cresceu de 5,4 bilhões na safra 2003/2004 para 15 bilhões em 2009/2010. No Plano Safra 2013/2014 o volume de recursos atingiu 24,1 bilhões. Ver Evolução do PRONAF na agricultura familiar. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/user\\_img\\_198/Evolucao\\_Pronaf\\_Plano\\_Safra](http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/user_img_198/Evolucao_Pronaf_Plano_Safra).

<sup>5</sup> Dentre eles: 1) a criação do mercado institucional: Programa de Aquisição de Alimentos, em 2003 e a inclusão da agricultura familiar, com a obrigatoriedade de 30 % das compras de alimentos, ao Programa Nacional de Alimentação

ao Movimento foram diretamente beneficiadas, visto que estas são responsáveis, na maioria dos assentamentos, pela organização e gestão dos programas governamentais junto à base assentada, envolvendo vários militantes nas atividades de planejamento, gestão, logística, entre outros.

Detectamos que grande parte das políticas públicas, voltadas à agricultura familiar, era uma demanda presente no Plano de Reforma Agrária, elaborado em 1995, pelo MST. Neste documento é discutido o caráter da Reforma Agrária e dos projetos de assentamentos. A crítica se estende do latifúndio improdutivo ao modelo agrário e agrícola vigente e a busca de políticas que contemple a pequena e média propriedade, os sem-terra e assentados e os assalariados rurais visando ampliar a articulação com outras frações de classe: a pequena burguesia rural e os assalariados rurais. Isto pode ser interpretado como um reflexo das ambigüidades contidas no próprio movimento, entre uma base composta por trabalhadores expropriados sem terra<sup>7</sup> e uma nova fração de classe que estava se conformando nos assentamentos de reforma agrária cujos interesses estariam mais vinculados a pequena burguesia rural, como a política de créditos. Deste modo, seguem-se diversos processos de luta para que as iniciativas gestadas no movimento fossem reconhecidas pelo Estado como a educação do campo, a cooperação, a agroecologia, a assistência técnica, entre outras.

Nos anos 2000 se aprofundaram os debates sobre uma nova concepção de reforma agrária que além de combater a concentração fundiária, promovesse o desenvolvimento econômico, social e ambiental. A Reforma Agrária Popular passou a ser defendida pelo Movimento a partir da constatação da inviabilidade de uma Reforma Agrária Clássica, cujo foco principal seria a desconcentração fundiária e eliminação dos latifúndios improdutivos. A compreensão é de que a Reforma Agrária Clássica foi realizada em diversos países, por meio de alianças entre setores populares, em especial os camponeses expropriados, e setores da burguesia visando a modernização

---

Escolar, em 2009; 2) Programa de Garantia de Preços Mínimos para a Agricultura Familiar, em 2007 ; 3) Estruturação de agroindústrias e aquisição de implementos e equipamentos agrícolas: Programa “Terra Sol”, em 2004; Programa Mais Alimento, em 2008; Programa “Terra Forte”, criado em 2009; 4) Regulamentação do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária, em 2010; 5) Criação do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, em 2010.

<sup>6</sup> Embora tenha se tentado flexibilizar o acesso, como no caso da criação da Declaração de Aptidão ao Programa de Aquisição de Alimentos para Acampados da Reforma Agrária – DAPAA, são poucos acampados que acessam. No ano de 2009, 94.754 (89,4%) agricultores familiares foram beneficiados pelo Programa de Aquisição de Alimentos, excetuando o CDS execução municipal e o PAA – Leite, enquanto que o número de assentados foi de 8.113 (7,66 %) e na categoria outros foram 3.125 beneficiados (2,9 %). Na categoria outros estão incluídos 161 trabalhadores sem terra beneficiados, ou seja, 0,2 %. Conforme Balanço de Avaliação da Execução do Programa de Aquisição de Alimentos de 2003 a 2010. Disponível em: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi\\_paa\\_geral/documentos/BALANCO%20DE%20AVALIACAO%20GRUPO%20GESTOR%20DO%20PAA%20versao%2024-02-11.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/documentos/BALANCO%20DE%20AVALIACAO%20GRUPO%20GESTOR%20DO%20PAA%20versao%2024-02-11.pdf), p.29.

<sup>7</sup>A questão fundiária deixou de ser o tema principal nas discussões sobre a Reforma Agrária no final dos anos 1990. Passou-se a discutir a necessidade de desenvolvimento das áreas já conquistadas. Para tanto, o movimento elaborou o Sistema Cooperativista dos Assentados, um complexo que vinculava cooperativas e associações locais, regionais, estaduais e nacionais que se assemelhava a estrutura organizativa do próprio movimento e que visava se opor ao modo ao modelo capitalista.

e o desenvolvimento das forças produtivas no campo. O contexto brasileiro no final dos anos 1990 e, principalmente, nos anos 2000 seria bem diferente. Afinal, o campo brasileiro parecia ter se desenvolvido sem a realização da Reforma Agrária<sup>8</sup>. A Reforma Agrária é ressignificada, mas continua a ser defendida como uma medida importante para o desenvolvimento do país. Este fato, explica a participação do Movimento na frente neodesenvolvimentista identificada por Boito Jr (2012a, 2012b), trata-se de defender um modelo de desenvolvimento para o país.

Neste período, para o governo a Reforma Agrária passa a ser associada a “inclusão social” e ao “combate a pobreza” e condicionada aos “recursos orçamentários escassos”<sup>9</sup>. No Governo Lula, a desapropriação por interesse social deixou de ser a principal política de aquisição de terras para a Reforma Agrária. A maior parte das áreas (em ha) dos assentamentos criados foi adquirida por regularização, reconhecimento, compra ou doação (74 % o primeiro mandato (87 % no primeiro mandato e 56% no segundo)<sup>10</sup>, ou seja, sem enfrentamento direto aos grandes proprietários de terras. Estes também foram beneficiados com volumes de créditos cada vez maiores<sup>11</sup>, por medidas provisórias, além de criação e modificações contínuas na legislação<sup>12</sup>, que lhes possibilitaram a ampliação da produção de commodities e das áreas exploradas<sup>13</sup>.

A política de elevação do salário mínimo, os programas de transferência de renda e as políticas públicas para a agricultura familiar, no entanto, impactaram positivamente as classes trabalhadoras e, também as bases sociais vinculadas ao movimento, acampada e assentada. Deste modo, os governos petistas atenderam parcial e seletivamente as demandas do Movimento na medida em que as desapropriações foram diminuindo drasticamente. Este fato, aliado a trajetória de construção conjunta do partido e do movimento, inclusive com militantes que atuam ou atuaram nas duas organizações levou a uma mudança na atuação do movimento frente ao governo. Criticava-se duramente o avanço do agronegócio em detrimento a lentidão dos avanços na Reforma Agrária, mas enfatizavam-se as melhorias nos assentamentos. Por outro lado, em alguns Estados a disputa

---

<sup>8</sup> Dados recentes indicam, inclusive, um crescimento do número de latifúndios, ou seja, da concentração fundiária

<sup>9</sup> Vide Programa de Governo do PT, para as eleições de 2002. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/uploads/programagoverno.pdf>.

<sup>10</sup> Ver SANTOS, R. O. C. O que teve de Reforma Agrária no Governo Lula. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/13468/7692>.

<sup>11</sup> O total de investimentos para a agricultura empresarial saltou de 27,1 bilhões no biênio 2003/2004, para 92,5 bilhões, na safra de 2009/2010. Ministério da Fazenda. Evolução do Crédito Rural Acompanhamento da Safra Brasileira. Disponível em: [http://www1.fazenda.gov.br/spe/publicacoes/estudos/Cr%C3%A9ditoRural\\_Evolu%C3%A7%C3%A3o\\_SafraBrasileira.pdf](http://www1.fazenda.gov.br/spe/publicacoes/estudos/Cr%C3%A9ditoRural_Evolu%C3%A7%C3%A3o_SafraBrasileira.pdf).

<sup>12</sup> Podemos destacar: 1) MP 422/2008 que dispensa de licitação a venda de terras públicas do INCRA até 1500 ha; 2) a MP 458/2009 que permite a regularização de terras por posseiros, sem licitação pública, que ocupem área de até 1500 ha na Amazônia, que ficou conhecida como MP da grilagem; 3) Lei de biossegurança (Lei 11.105/05), que liberou o cultivo de Organismos Geneticamente Modificados; 4) Novo Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651/2012).

<sup>13</sup> Um dos exemplos é o assombroso crescimento da região do MAPITOBA, região geográfica que abrange parcialmente os estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, devido a expansão da fronteira agrícola o que contribuiu também para o surgimento de novos conflitos na região.

parlamentar se tornou uma estratégia do movimento. No Estado da Bahia, MST e PT passaram a se confundir visto que existem muitos militantes<sup>14</sup> do Movimento que acumulam militância social e partidária<sup>15</sup>.

A política agrícola passou a ser “dirigida para o binômio agricultura familiar e agricultura organizada em bases empresariais”, conforme já estava definido no Programa de Governo apresentado pelo PT nas eleições de 2002. O governo federal, por meio do INCRA, passa a estimular a participação de assentados e suas organizações em parcerias público-privadas como a que ocorreu na criação do Centro de Formação, Educação e Pesquisa em Agroflorestas, que contou com o apoio do Governo do Estado da Bahia, do INCRA, da Esalq/USP e da Fibria<sup>16</sup>. Constatamos ainda, as parcerias realizadas com a Veracel, INCRA e Governo do Estado da Bahia para a construção de agroindústrias no sul da Bahia<sup>17</sup>. Tais parcerias contaram com a participação do Movimento, conforme pudemos constatar em nossa pesquisa de campo. É importante destacar que já há algum tempo tem se ampliado a integração dos assentados a agroindústria, por meio de arrendamento de terras ou fornecimento de produção (cana, soja, frangos suínos, etc.) para grandes empresas.

O Governo Lula atendeu parcialmente alguns interesses do MST e da base social assentada e, concomitantemente, aos interesses dos grandes proprietários de terras representados pela bancada ruralista, que se fortalecia a cada eleição<sup>18</sup>, e de organizações como a Confederação Nacional da Agricultura. O MST manteve o “apoio crítico” ao governo e passou a considerá-lo como um governo de conciliação, ou seja, que o atendia em certa medida, mas que também atendia setores contrários a reforma agrária e ao próprio Movimento. O apoio do MST ao governo pode ser percebido de forma mais clara durante a crise do mensalão, em 2005, nas eleições de 2006, de 2010 e de 2014, durante as manifestações de massa de 2013 e de 2015. Contudo, tem sido cada vez mais difícil manter este apoio<sup>19</sup>.

---

<sup>14</sup>De acordo com a pesquisa de campo, foram indicados nove candidatos a vereador pelo MST nas eleições de 2012, sendo que seis se elegeram, pelo PT ou partidos aliados: Vereador Luiz Carlos **Suíca (PT)**, **Júlio Delfino Honorato Filho (PT)**, **Antonio Carlos Reschini (PTB)**, **Rondinele Arena (PT)**. Em geral eles utilizam a sigla do MST durante a campanha eleitoral.

<sup>15</sup> Este não é um fenômeno novo, já no início do movimento era comum a dupla ou tripla militância (envolvendo o MST, sindicatos rurais, Igreja e o PT) conforme entrevistas realizadas com membros da primeira direção nacional do MST, contidas em SCOLESE, E; LIMA, S. Pioneiros do MST: caminhos e descaminhos de homens e mulheres que criaram o MST. Editora Record, 2008.

<sup>16</sup> Ver mais em PEREIRA, R. C. C. A relação da Fibria com o MST: do conflito à cooperação. Disponível em: <http://www.fdc.org.br/blogespacodialogo/Lists/Postagens/Post.aspx?ID=416>.

<sup>17</sup> Ver mais em Governo do Estado da Bahia: Governo da Bahia e Veracel entregam seis agroindústrias na região sul. Disponível em: [http://www.casacivil.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=759:governo-da-bahia-e-veracel-entregam-seis-agroindustrias-na-regiao-sul&catid=34:noticias-geral](http://www.casacivil.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=759:governo-da-bahia-e-veracel-entregam-seis-agroindustrias-na-regiao-sul&catid=34:noticias-geral).

<sup>18</sup> Ver dissertação de Costa, S. H. G. A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no congresso nacional. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-08012013-143125/pt-br.php>.

<sup>19</sup>O governo Dilma tornou mais rígidas a obtenção de terras estabelecendo regiões prioritárias, como maior proporção de famílias em extrema pobreza e áreas com maior concentração fundiária. No ano de 2014 houve novas mudanças em relação as políticas de crédito de instalação que serão operacionalizadas diretamente pelo Banco do Brasil e que só

Em linhas gerais, constatamos que houve mudanças nas estratégias, formas de luta, práticas e concepções do MST nos anos 2000, as ocupações de terra deixaram de ser a principal estratégia de luta e de pressão em relação ao governo federal. Em geral foram utilizadas ocupações de prédios públicos, atos, marchas. Um dos reflexos destas transformações pode ser observado no adiamento da realização do 5º. Congresso Nacional<sup>20</sup>, cuja previsão de realização era 2005, período de grande instabilidade política devido a denúncias de corrupção que atingiram importantes quadros políticos do Partido dos Trabalhadores, e só foi realizado em 2007 e o 6º. Congresso Nacional que só ocorreu em 2014. As justificativas para o atraso na realização do 6º. Congresso foi de que este na verdade seria apenas um momento de “congratamento” visto que os debates já estariam ocorrendo em todas as áreas do Movimento, contudo se realizado em 2012 coincidiriam com o ano eleitoral.

### **As bases sociais do MST nos anos 2000**

As bases do MST, acampada e assentada, possuem demandas, formas de organização e condições de infra-estrutura bastante diferenciadas. No acampamento o principal objetivo é a desapropriação das terras para realização do assentamento e garantias para a sobrevivência imediata: cestas básicas e lona para a construção dos barracos. No assentamento o principal objetivo é a manutenção da terra, a melhoria das residências e crédito para iniciar um projeto produtivo ou ampliar a produção já existente. Por outro lado, a criação de políticas públicas voltadas a agricultura familiar ampliou as diferenças materiais entre estas bases.

A pesquisa demonstrou que os assentamentos também são bastante heterogêneos, assim como a base social que o compõe: alguns estão mais estruturados em termos de infra-estrutura e produção, possuem associações e cooperativas, já acessaram os principais créditos e participam das políticas públicas voltadas para a comercialização. Outros enfrentam graves problemas de infra-estrutura que dificultam a produção (escassez de água e insumos) e comercialização (distância e dificuldade de acesso aos mercados consumidores).

A diversidade nas formas de produção também é grande: os Assentamentos da Fazenda Pirituba, em São Paulo e o Assentamento Filhos de Sepé, no Rio Grande do Sul são especializados em grãos. Sendo predominante no primeiro o cultivo de soja, em moldes tradicionais com sementes geneticamente modificadas, usos intensivos de insumos e defensivos químicos e mecanização da

---

serão disponibilizados após aprovação de crédito. As operações serão realizadas diretamente por meio de cartão magnético. Além do mais, o número de famílias assentadas no seu governo tem sido pífios.

<sup>20</sup> Os Congressos Nacionais do Movimento haviam sido realizados num intervalo de cinco anos desde o primeiro que ocorreu em 1985 (2º. Congresso Nacional em 1990, 3º. Congresso Nacional em 1995 e 3º. Congresso Nacional em 2000)



lavoura. A maior parte da produção é realizada por cada assentado e, alguns arrendam lotes de outros assentados para aumentarem a sua produção. Já o segundo é um dos maiores produtores de arroz agroecológico do Estado abastecendo o mercado local e também integrando pontos de venda no Estado de São Paulo, como o Grupo Pão de Açúcar e a alimentação escolar do município de São Paulo. Neste último, faz-se o controle biológico das ervas daninhas e não se utilizam insumos químicos, embora o processo de cultivo e colheita seja todo mecanizado. Observa-se, nos dois assentamentos, a tendência a diversificação da produção estimulada por cooperativas ligadas ao MST e, também, por programas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, contudo ainda existem diversos obstáculos: como as dificuldades de mão-de-obra, infra-estrutura e limitações do tipo de solo. Nos outros assentamentos visitados é predominante a olericultura e fruticultura, destinados aos programas governamentais, são áreas menores, próximas a cidade cuja quantidade de assentados que provém de atividades urbanas são maiores.

A agricultura foi citada como fonte de renda<sup>21</sup> para a maioria dos assentados e acampados (76,8% e 80,7 % respectivamente), seguida da produção animal (10,1 % e 36,4%). Outra fonte de renda importante são as diárias e os pequenos trabalhos realizados dentro do assentamento e/ou acampamento (17,4 % e 20,5 %), além da comercialização ou prestação de serviço em cooperativas e/ou associações locais (7,2% e 13,6 %). A aposentadoria compõe a renda familiar de 19,3 % dos assentados e 4,3 % dos acampados.

O principal destino da produção dos assentados são os programas de compra institucional (57,3 % para o PAA e 34,1 % para o PNAE), 35,4 % são destinados ao auto consumo, 13,4 % são comercializadas diretamente com o consumidor em feiras ou de porta em porta, 23,2% são entregues a atravessadores e 6,1 % relataram outras formas de comercialização. A produção dos acampados, em torno de 62,1 % é vendida prioritariamente nas feiras em cidades próximas diretamente ao consumidor, 31,8 % são para autoconsumo, 19,7 % tem acesso ao mercado institucional (sendo 16,7 % da produção destinada ao PAA e 3,0 % ao PNAE),<sup>22</sup> 15,2 % comercializam com atravessadores, 7,5 % realizam venda direta, 9 % relataram outras formas de comercialização e 27,3 % não tem produção.

---

<sup>21</sup> As respostas eram de múltipla escolha, portanto os assentados poderiam citar mais de uma fonte de renda, sendo considerados na análise o percentual de vezes que a resposta apareceu.

<sup>22</sup> Para acessar os programas de comercialização institucional o INCRA precisa emitir um documento chamado Declaração de Aptidão ao PRONAF. Este documento, geralmente só é emitido após o assentamento das famílias. O Pré-Assentamento Elizabete Teixeira foi o único, que consideramos como acampamento devido ao litígio envolvendo a posse da terra, as condições precárias e prolongadas de insegurança.

Além dos trabalhos realizados no lote e no assentamento foram relatados como relevantes para a composição da renda: o trabalho fora, do assentado ou de outros membros da família, e os programas de transferência de renda, em especial a participação no Programa Bolsa Família (46,4 % dos acampados e 43,2 % dos assentados afirmaram serem beneficiários deste Programa). Dentre os que trabalham fora 14,3 % dos assentados e 4,5 % dos acampados declararam ter carteira assinada. Quando questionados sobre se mais algum membro da família trabalhava fora, 29,1% dos acampados e 59,3 % dos assentados afirmaram que sim.

Os dados demonstram que tanto acampados, quanto assentados estão envolvidos em programa de governo ou percebem os impactos destas mudanças no seu cotidiano. Nas entrevistas foram avaliados positivamente os programas de comercialização institucional, o Programa Bolsa Família, entre outros.

As atividades descritas anteriormente compõem a renda familiar mensal que é extremamente baixa entre os acampados que se concentram em até dois salários mínimos<sup>23</sup>: 60,3 % possuíam renda de até 1 salário mínimo e 30,9 % de 1 a 2 salários mínimos. Entre os assentados a maior concentração se dá até os 3 salários mínimos: 39,80 % alegaram possuir renda de até 1 salário mínimo, 20,5 % possuíam renda de 1 a 2 salários mínimos e 28,4 % mais de 2 até 3 salários mínimos.

Nas entrevistas realizadas, observamos que assentados e acampados não desenvolvem apenas atividades vinculada ao campo eles ocupam espaço de zeladores, ajudantes de serviços gerais, cozinheiras, pedreiros, marceneiros, eletricitas, operários fabris, metalúrgicos, atuam na colheita de frutas e demais trabalhos que surjam para garantir a melhoria da renda. A estratégia principal é obter recursos para garantir a sobrevivência no campo. Atuam nos setores produtivos onde se exigem pouca qualificação, as relações de trabalho possuem como características a vulnerabilidade, a instabilidade, a precariedade das condições de trabalho e a intensidade da jornada de trabalho. Muitos assentados, mesmo vinculados a cooperativas trabalham de 10 a 14 horas por dias, um dos problemas enfrentados por cooperativas mais antigas é assegurar a assistência aos trabalhadores que já não podem trabalhar.

Os assentados se subdividem em assentados integrados a agroindústria, por meio das cooperativas existentes no assentamento – organizadas ou não pelo MST – ou pelo fornecimento de matérias-primas, e os assentados não-integrados cuja produção é voltada para os mercados institucionais (PAA e PNAE, especialmente o primeiro) e o assalariamento temporário. Percebemos que ocorre uma intensificação do trabalho em dois sentidos: no primeiro, pelas exigências impostas

---

<sup>23</sup> O salário mínimo, por ocasião da pesquisa, era de R\$ 622,00.

de padronização e regularidade no fornecimento, seja na integração com grandes agroindústrias, seja nos programas de comercialização governamentais pressupondo, inclusive, assumir todos os riscos relativos à produção e a colheita, impondo os valores a ser pago pela produção e também por que eles são subordinados a outra racionalidade como a burocracia estatal e empresarial que determinam as condições para pagamento.

Contudo, os resultados analisados não demonstraram grandes distorções em relação ao posicionamento de acampados e assentados em relação ao perfil sócio-econômico e político: em linhas gerais eles possuem como preferência partidária o PT, avaliam que a condição de vida melhorou nos governos petistas e estimavam que o Governo Dilma<sup>24</sup> fez um bom governo. Por outro lado, os Governos petistas apesar de não atenderem o principal interesse da base acampada, qual seja o assentamento desta, desenvolveu alguns programas que a beneficiou e, outros, apesar de não se dirigirem diretamente a ela também repercutiram na melhoria das suas condições de vida. Além do mais, o crescimento de oferta de mão-de-obra na construção civil e no setor de serviços, também impactou na base acampada e assentada.

Em relação a filiação político partidária 69 % os entrevistados afirmaram nunca ter sido filiado a nenhum partido político, 9,7 % a responderam já terem sido filiado a algum partido e 21,3 % ainda mantém vínculo partidário. O percentual de acampados filiados (26,1%) é maior do que de assentados filiados (17,4 %), sendo que o partido preferencial é o Partido dos Trabalhadores (PT), 94,4 % dos acampados e 60 % dos assentados. Entre os acampados apenas 5,6 % afirmaram ser de outro partido, no caso, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). No caso dos assentados há uma maior diversidade de filiação a partidos políticos: 13,3 % dos assentados entrevistados são filiados ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), 6,7 % ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), 6,7 % ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), 6,7% ao Partido Progressista (PP) e 6,7 % ao Partido Social Democrata Cristão (PSDC)<sup>25</sup>.

Perguntamos aqueles que declararam não serem filiados se eles possuíam alguma preferência partidária: 45,5 % dos acampados e 45,6 % dos assentados declararam que sim. Indagamos, em seguida, qual a preferência partidária entre os acampados 95 % responderam o PT e 5 % o PSOL. Entre os assentados 92,3% responderam ser o PT, 3,8 % afirmaram ser o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e 3,8 % o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

---

<sup>24</sup> Os dados da pesquisa se referem ao primeiro mandato.

<sup>25</sup> No Brasil estão registrados, atualmente, 32 partidos políticos no Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>. Acesso em 24 de agosto de 2014.

A preferência partidária pelo PT também foi confirmada ao serem questionados acerca do voto presidencial em 2010: 84,1 % dos acampados e 79,5 % dos assentados afirmaram terem votado na candidata petista Dilma Rousseff, o Candidato José Serra do PSDB obteve 3,4 % do voto dos assentados entrevistados e Plínio de Arruda Sampaio, candidato do PSOL, obteve 1,4 % da preferência dos acampados e 5,7 % dos assentados. Entre os acampados 11,6 % afirma não ter votado e 2,8 % não responderam, enquanto que entre os assentados 6,8% não votou, 3,4 % votou em branco ou anulou o voto e 1,1 % não responderam a questão.

Constatamos então que o Partido dos Trabalhadores é o preferido e o mais votado, tanto entre acampados quanto assentados. Contudo, acreditamos que este processo é recente e se explica por meio do realinhamento eleitoral, como descrito anteriormente. O aumento dos programas do governo, em especial o Bolsa Família, os incentivos de acesso ao mercado de consumo, bem como o aumento real do salário mínimo, entre outros, ampliou a adesão das classes populares ao PT. Observamos uma variação na preferência da base assentada em relação ao percentual de votos no PT na última eleição presidencial o que indica um maior descontentamento, principalmente em relação à falta de perspectiva em serem assentadas.

Em linhas gerais a base acampada e assentada considera que a condição de vida melhorou após o governo Lula. Como podemos verificar abaixo. 76,5 % dos acampados e 73,6 % dos assentados acham que a vida melhorou. Os primeiros destacam as políticas públicas voltadas para o assentamento, a renegociação das dívidas e a ampliação dos créditos, já os acampados afirmam que a qualidade de vida é melhor no acampamento, principalmente por conta da organização coletiva, da possibilidade de cultivar os próprios alimentos, de não precisarem pagar aluguel e de poder criar os filhos em liberdade. Em relação aos assentados que a vida piorou, 6,9 % dos casos, a dificuldade está na dificuldade de obter renda monetária no lote e outros afirmam ter investido as poucas economias que haviam juntado durante a vida e não obterem o retorno desejado; já os 4,4 % de acampados descontentes e os que alegam que relatam a falta de expectativa de conquista do almejado lote e as dificuldades de infra-estrutura dos acampamentos.

A maioria dos acampados e assentados avaliou o governo Dilma positivamente, sendo que 15,9 % dos acampados e 14,80% dos assentados avaliaram-no como ótimo, 48,30 % dos acampados e 64,8% dos assentados o consideraram bom. O descontentamento ficou mais evidente entre os acampados 27,50% consideraram o governo ruim, enquanto que o percentual de desaprovação entre os assentados foi de 14,80%.

Os pontos positivos destacados foram os programas sociais, que vinham desde o governo Lula, a maioria dos entrevistados acreditava que ela iria seguir os mesmos projetos do Governo

Lula, muitos fizeram relação com os governos FHC destacando as mudanças positivas que houve no país, especialmente nas cidades, as melhorias nos créditos e na infra-estrutura dos assentamentos. Outros destacaram a relação entre PT e MST afirmando que o Governo Dilma é “aliado” do MST e apoia os trabalhadores

Dentre os pontos negativos foram elencados a paralisação da Reforma Agrária, principalmente em relação as desapropriações, a falta de investimento para os assentamentos rurais em contraposição aos destinados ao agronegócio, em alguns depoimentos o Governo Dilma era associado aos interesses do agronegócio, contrária a Reforma Agrária, além de não “seguir os projetos e propostas do Lula”.

### **Considerações Finais**

Os acampamentos e assentamentos possuem demandas, formas de organização e infra-estrutura bastante diferenciadas. No acampamento o principal objetivo é a desapropriação das terras para realização do assentamento e garantias para a sobrevivência imediata: cestas básicas e lona para a construção dos barros. Em geral, é preciso que haja um cadastramento das famílias para que o acampamento possa ser reconhecido. Além disso, as famílias lutam para serem inseridos em programas de distribuição de renda, como o Programa Bolsa Família, etc. O setor mais atuante é o de frente de massas, responsável pela organização das famílias. Inicialmente, é de responsabilidade deste setor as reuniões de trabalho de base. No assentamento o principal objetivo é a manutenção da terra, a melhoria das residências e crédito para iniciar um projeto produtivo ou ampliar a produção já existente. Dentre os principais problemas enfrentados pelos assentamentos visitados encontra-se a água, tanto para consumo quanto para irrigação da produção e criação de animais. Observou-se que os assentamentos rurais visitados são bastante heterogêneos: os Assentamentos da Fazenda Pirituba, em São Paulo e o Assentamento Filhos de Sepé são especializados em grãos. Sendo predominante no primeiro o cultivo de soja, em moldes tradicionais com sementes geneticamente modificadas, uso intensivo de insumos e defensivos químicos e mecanização da lavoura; já o segundo é um dos maiores produtores de arroz agroecológico do Estado abastecendo o mercado local e também integrando pontos de venda no Estado de São Paulo. Observa-se, uma tendência a diversificação da produção estimulada por programas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, contudo ainda existem diversos obstáculos.

Contudo, os resultados analisados não demonstraram grandes distorções em relação ao posicionamento de acampados e assentados em relação ao perfil sócio-econômico e político: em linhas gerais eles possuem como preferência partidária o PT, avaliam que a condição de vida melhorou nos governos petistas e estimavam que o Governo Dilma faria um bom governo. Por outro lado, os Governos petistas apesar de não atenderem o principal interesse da base acampada, qual seja o assentamento desta, desenvolveu alguns programas que a beneficiou e, outros, apesar de não se dirigirem diretamente a ela também repercutiram na melhoria das suas condições de vida. Além do mais, o crescimento de oferta de mão-de-obra na construção civil e no setor de serviços, também impactou na base acampada e assentada. Nas entrevistas realizadas, observamos que assentados e acampados não desenvolvem apenas atividades vinculada ao campo eles ocupam espaço de zeladores, ajudantes de serviços gerais, cozinheiras, pedreiros, marceneiros, eletricitas, operários fabris, metalúrgicos, atuam na colheita de frutas e demais trabalhos que surjam para garantir a melhoria da renda. A estratégia principal é obter recursos para garantir a sobrevivência no campo. Atuam nos setores produtivos onde se exigem pouca qualificação, as relações de trabalho possuem como características a invulnerabilidade, a instabilidade, a precariedade das condições de trabalho e a intensidade da jornada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, L.F.; SANCHEZ, F.R. Um grão menos amargo das ironias da história: o MST e as lutas sociais contra o neoliberalismo. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, 1998, p. 78-91.
- ARRUDA, Roldão. Ruralista acha mais sensata Reforma Agrária de Lula. **O Estado de São Paulo**, 26 de abril de 2003, p. A10.
- ARRUDA, Roldão; FADEL, Evandro. INCRA nomeia mais quatro superintendentes ligados ao MST. **O Estado de São Paulo**, 8 de abril de 2003, p. A9
- BOITO JR, A. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Fórum Econômico da FGV / São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.eesp.fgv.br/>
- Carta de Princípios do PT. Disponível em: <http://www.pt.org.br/arquivos/cartadeprincipios.pdf>. Acesso em 10/11/2012.
- COSTA, S. H. G. A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no congresso nacional. 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-08012013-143125/pt-br.php>.
- Direção Nacional do MST. “As eleições no processo de mudança no Brasil”. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, n. 266, out. 2006. Disponível em: <http://www.mst.org.br/jornal/266/editorial>

Direção Nacional do MST. É preciso quebrar a resistência das elites. IN: *Jornal Sem Terra*. São Paulo: abr. 2003.

Direção Nacional do MST. Hora de arregaçar as mangas. IN: *Jornal Sem Terra*. São Paulo: jan. 2003.

HILSENBECK, A. MST e empresas: contradições do desenvolvimento das lutas sociais. Os assentamentos de reforma agrária nos anos 2000: o caso dos assentados da fazenda Pirituba. V *Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina. Universidade Estadual de Londrina. Londrina-PR, setembro de 2013 (Simpósio).*

INCRA nomeia mais quatro superintendentes ligados 8 de abril de 2003, p. A9

KATZ, Claudio. *Las disyuntivas de la izquierda en América Latina*. Ediciones Luxemburg, 2008.

Manifesto de Fundação do PT. Disponível em: <http://www.pt.org.br/arquivos/manifestodefundacaopt2.pdf>. Acesso em 10/11/2012.

MARTUSCELLI, D. E. Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP:[s.n.], 2013

MST. “Posições políticas do MST nessa conjuntura”, 9 ago. 2005. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/2938>.

MST. Programa de Reforma Agrária do MST. IN: STÉDILE, J. P.(org.). **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.p.177-190.

MST. Proposta de Reforma Agrária do MST. IN: STÉDILE, J. P.(org.). **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.p.187-210.

MST. Proposta de Reforma Agrária Popular do MST. **Caderno de debates n. 1 Preparação para o VI Congresso Nacional**. São Paulo, 2012 (mimeo)

MULLER, G. São Paulo: o núcleo do padrão agrário moderno. IN: STÉDILE, J. P.(org.). **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003**. 4 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.p.177-190.

NETO, G. Recolocando a questão agrária. IN: STÉDILE, J. P.(org.). **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003**. 4 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.p.177-190.

NUN, J. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y massa marginal. IN: **Revista Latinoamericana de Sociología**. Vol, V. Buenos Aires. Centro de Investigaciones sociales del Instituto Torcuato Di Tella, jul de 1969.

PEREIRA, R. C. C. A relação da Fíbria com o MST: do conflito à cooperação. Disponível em: <http://www.fdc.org.br/blogespacodialogo/Lists/Postagens/Post.aspx?ID=416>.

Programa Agrário do PT -1989. STÉDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil:** programas de reforma agrária 1946-2003. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

PT. **Concepção e diretrizes do programa de governo do PT para o Brasil.** 2002. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/concepcaoediretrizesdoprog.pdf>. Acesso em: 25 de março de 2013

RESOLUÇÃO POLÍTICA APROVADA NO 4º. CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES. Disponível em: [http://www.pt.org.br/downloads/categoria/resolucoes\\_do\\_4\\_congresso](http://www.pt.org.br/downloads/categoria/resolucoes_do_4_congresso). Acesso em 10/11/2012.

SANTOS, R. O. C. O que teve de Reforma Agrária no Governo Lula. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/13468/7692>. Acesso em: 10/07/2015.

SHANIN, T. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações.** O velho e o Novo em uma discussão marxista. In: Cadernos CEBRAP. n 26. São Paulo: CEBRAP, 1980

SCOLESE, E; LIMA, S. Pioneiros do MST: caminhos e descaminhos de homens e mulheres que criaram o MST. Editora Record, 2008.

STÉDILE, J. P.. MST mudou o foco para fazer reforma agrária popular, diz Stédile. 2011. Disponível em:[http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id\\_secao=8&id\\_noticia=160044](http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_secao=8&id_noticia=160044). Acesso 24 de agosto de 2012.

WEBER, Demétrio. Para Rosseto indicações não vão acirrar conflitos. **O Estado de São Paulo**, 09 de abril de 2003, p. A7.